

4.1 História e memória coletiva

José Mauro da Conceição Pinto

Caros educadores e educandos, vamos entrar em um novo tema. O objetivo agora é compreender a *história* e a *memória* como instrumentos úteis para as ações de educação popular dos agentes de saúde. Para iniciar e guiar nossas reflexões trazemos o poema de Bertolt Brecht, *Perguntas de um operário letrado*:

Quem construiu a Tebas das Sete Portas? Nos livros constam nomes de reis. Foram eles que carregaram as rochas? E a Babilônia destruída tantas vezes? Quem a reconstruiu de novo, de novo e de novo? Quais as casas de Lima dourada abrigavam os pedreiros? Na noite em que se terminou a muralha da China para onde foram os operários da construção? A eterna Roma está cheia de arcos de triunfo. Quem os construiu? Sobre quem triunfavam os césares? A tão decantada Bizâncio era feita só de palácios? Mesmo na legendária Atlântida os moribundos chamavam pelos seus escravos na noite em que o mar os engolia. O jovem Alexandre conquistou a Índia. Ele sozinho? César bateu os gauleses. Não tinha ao menos um cozinheiro consigo? Quando a “Invencível Armada” naufragou, dizem que Felipe da Espanha chorou. Só ele chorou? Frederico II ganhou a guerra dos Sete Anos. Quem mais ganhou a guerra? Cada página uma vitória. Quem preparava os banquetes da vitória? De dez em dez anos um grande homem. Quem paga as suas despesas? Tantas histórias. Tantas perguntas. (Brecht, 1975)

As perguntas feitas por Brecht apontam para o fato de que a história dita oficial, aquela geralmente registrada nos livros e consolidada nos bancos escolares, apaga aqueles que muitas vezes são os responsáveis diretos para que os fatos históricos aconteçam.

Caros educadores e educandos, vocês conseguem se lembrar de algum fato da sua história local, recente ou antigo, no qual o povo comum, a população em geral, tem seu papel diminuído, ou sequer é mencionada? Com base nesta breve reflexão, como vocês explicariam este fenômeno?

A partir de uma visão consagrada, podemos entender que a história estuda os *fatos* do passado com os olhos do presente, baseando-se em registros elaborados pelo homem em sua vivência na sociedade. Todos devemos estar atentos, pois há várias formas de lidar com o passado, e todas elas envolvem interesse, poder e exclusões. Não se pode perder de vista que a história divulgada é a que cala, escamoteia e torna invisível o povo, sua participação e contribuição nos acontecimentos. E por que isso ocorre? Em geral, porque a história é escrita por aqueles que detêm o poder ou estão mais próximos dele por alguma vinculação, mesmo que intelectual (a educação formal é, geralmente, a forma pela qual as visões de mundo e da história dos poderosos são disseminadas e consolidadas).

Entende-se história como a explicação (narração) de um acontecimento, fenômeno, evento ou fato. Essa narrativa é feita por alguém. Assim, o que se apresenta não é exatamente o ocorrido, mas uma seleção, simplificação, organização para explicar o ocorrido. Desse modo, você deve ficar bem

atento, pois a narrativa que se lê é sempre o olhar de alguém sobre um fato selecionado, simplificado e organizado por esse alguém que, mesmo tendo vivido o fato/acometimento, não possui a compreensão de sua totalidade. Seja devido à distância dos fatos, seja por sua proximidade, uma narrativa será sempre incompleta e terá a visão do narrador sobre o fato em questão.

Por meio dos *documentos* os fatos da narrativa histórica tornam-se conhecidos, porém, nenhum documento é capaz de explicar ou retratar o acontecido integralmente. O documento é a prova selecionada, simplificada e organizada que apoia a narrativa. O que é narrado é o que se sabe a respeito do fato analisado.

Dessa forma, nenhum fato ou documento é mais importante que outro. A importância adquirida ou o destaque dado dependem dos critérios que cada historiador definiu para sua seleção, análise e narração.

É ilusório achar que um fato é histórico porque a história o consolidou. No entanto, o fato desconhecido pelos historiadores como história e destinado a ser apenas um fato jornalístico ou até mesmo relegado ao esquecimento poderá no futuro vir a ser reconsiderado como um fato histórico.

Desse modo, pensar em acidentes, catástrofes ou desastres como inundações, incêndios ou desabamentos em áreas nas quais o poder público está ausente ou pouco visível ajuda a entender o ponto abordado. Merece esse fato fazer parte da história do território onde ocorreu? Caso mereça, quem serão os atores destacados? Quem fez essa análise e, portanto, o destaque?

Outro ponto que ajuda a entender que a história narrada depende do narrador é a escolha de um nome para o fato em questão. Isso já indica como ele será abordado – por exemplo, a chegada dos portugueses ao Brasil em 1500 foi denominada “descobrimto”, “achamento” ou “invasão”? Cada um dos termos traduz como o historiador abordará o fato, pois descobrir, achar e invadir não significam a mesma coisa.

Introdução ao conceito de memória

A história, a tradição, a cultura de um povo e a memória se aproximam quando entendemos a memória como um fenômeno social. Quando nos referimos à memória, estamos nos referindo à memória coletiva (memória de um grupo com identidade comum). Esta memória está associada, geralmente, a sociedades nas quais a escrita não é preponderante, ou não é conhecida, as chamadas *sociedades orais*.

No caso das sociedades nas quais a escrita domina, a memória coletiva se manifesta, geralmente, de dois modos: por meio das comemorações e dos monumentos, e por meio dos documentos escritos – são eles que registram, permitindo a lembrança, por um lado, e o esquecimento, por outro. Geralmente, os fatos destacados no passado coletivo implicam em situações de ruptura, gerando memórias ou esquecimentos. Nesse caso, o melhor exemplo é o das ditaduras que se instalaram na América Latina na década de 1960, cujas lembranças estão sendo recuperadas pelo projeto *Memórias Reveladas* e pela *Comissão da Verdade*.

As memórias coletivas são construídas com base nas interações entre os indivíduos e grupos. Desse modo, as lembranças na sociedade não são únicas, nem as mesmas para todos. Pode-se afirmar que não há verdade histórica nem memória individual: acredita-se que a memória coletiva é que fornece os dados que constituirão as memórias individuais. A memória individual está vinculada às percepções que a memória coletiva produz.

A memória individual se desenvolve por meio do convívio do indivíduo com os vários grupos com os quais mantém relações ao longo da vida. Essa memória apoia-se em um passado vivido

pelo grupo com o qual o indivíduo se identifica, mesmo que ele próprio não o tenha vivido. Desta relação indivíduo-grupos surge a construção de uma narrativa sobre o passado, feita pelo indivíduo (memória individual).

Do mesmo modo como a sociedade é fragmentada, as memórias coletivas também são. Elas carregam as marcas da forma como os fatos foram vivenciados, e dos diferentes grupos que os vivenciaram. Então, podemos afirmar que memória coletiva e história são forças em disputa. Com isso, podemos falar de memórias de famílias, de operários, de perseguidos políticos, de mulheres, e, por que não, dos agentes de saúde? Memórias que se contrapõem à história registrada e divulgada como (verdade) oficial. Nem a memória coletiva, nem a história estão prontas. Ambas estão em constante reelaboração.

O ato de estimular o esquecimento pode ou não ser visto como uma estratégia política usada por governos democráticos em determinados períodos. Desse modo, as associações entre memória, autonomia e liberdade, por um lado, e esquecimento e autoritarismo, por outro, não podem ser generalizadas ou naturalizadas, pois em qualquer um dos casos o que está em jogo é ser uma construção, mesmo que não intencional.

Educadores e educandos, para facilitar a sua compreensão, sugerimos que utilizem como exemplo o aniversário de sua cidade, ou de outra qualquer. Propomos uma generalização para tentar auxiliá-los. Nessas comemorações, em geral são lembrados fatos que foram determinados como importantes para a cidade, tais como fundação, emancipação, batalhas, datas marcantes, pessoas consideradas importantes e documentos que comprovariam a perspectiva para reconstrução e/ou reificação da versão da história escolhida. Não se deve esquecer que tais celebrações oficiais são comandadas pelos ocupantes do poder. São eles que conduzem as festividades que irão rememorar ou resgatar as memórias empoderadas ou adormecidas. Nestas comemorações, que podem variar em cada localidade, verificam-se feiras, *shows*, desfiles de escolas, entre outros, todos com um ponto em comum: ser feriado. Durante o período das festividades, memórias coletivas são avivadas, outras esquecidas e, às vezes, até apagadas. Para isso lança-se mão da história oficial, aquela que foi cristalizada e formatada ao longo do tempo.

Caros educadores e educandos, se vocês ainda não entenderam aonde queremos levá-los, passem pelo centro de sua cidade, observem e percebam se existem representantes dos poderes político, econômico e jurídico. Observem os prédios nos quais esses representantes do poder estão localizados, seu tamanho e riqueza, e os comparem com outros prédios que conhecem fora desse eixo marcado pelo poder dominante: que diferenças foram observadas?

Para completar nosso raciocínio, verifiquem os nomes das ruas e praças do centro de sua cidade. Verifiquem também os monumentos e estátuas, identificando quem são os merecedores das homenagens. Não será difícil perceber nomes associados aos representantes dos poderes mencionados, ou de seus familiares. Será que notaram que a história contada e recontada com base nesses elementos excluiu o povo que participou dos fatos comemorados no aniversário da cidade?

Outra questão a ser destacada é que a história (ou memória coletiva) que se quer impor está materializada e incrustada na cidade, observada na sua arquitetura, monumentos, nomes de ruas e praças, datas comemorativas, entre outros.

Para tornar mais fácil perceber a disputa política entre história e memória coletiva, sugerimos que assistam ao filme *Narradores de Javé*. O filme se passa em um povoado fictício chamado Javé, que está prestes a ser inundado para a construção de uma hidrelétrica. Para mudar o fim trágico de sua cidade, os moradores de Javé resolvem buscar uma solução. Eles elegem emissários que devem ir à capital a fim de saber o que podem fazer para salvar a cidade. Com base na resposta recebida, resolvem escrever sua história, a fim de transformar o local em patrimônio histórico a ser preservado. O único

adulto alfabetizado de Javé, Antônio Biá, fica incumbido de recuperar a história e transpor para o papel de forma “científica” as memórias narradas pelos moradores. O filme se desenrola com Biá tentando o impossível: construir uma história a partir de cinco versões diferentes sobre o mesmo fato, o surgimento de Javé. Educadores e educandos, fiquem atentos para o modo como Biá, que representa o historiador, age com relação à produção da história: diante de tanta impossibilidade, ele só consegue, ou pensa conseguir, cumprir sua encomenda, após o abandono da cidade e a busca por uma nova paragem. Nesse momento, Biá encontra o caminho para escrever a história de Javé, pós-inundação, o marco inicial de uma história que estará começando.

Vocês perceberão que o historiador elege os fatos que quer destacar no discurso que elabora, assim como os personagens e os documentos que devem provar o que está sendo narrado. Deste modo, poderão verificar que o trabalho do historiador é mais intencional que isento.

Uma maneira que o historiador tem utilizado para sair desta armadilha é a chamada história oral, um método desenvolvido para acessar a memória, por meio de entrevistas com os atores envolvidos ou que vivenciaram o fato/acidente a ser estudado. Desse modo, os calados ou esquecidos são trazidos de volta à cena. Este é um método que possibilita a escuta das memórias individuais dos que viveram ou participaram dos acontecimentos em análise. Estes relatos são confrontados com a história *congelada*, possibilitando que o historiador recorte ou reconstrua os fatos/acidentes.

Referência bibliográfica

BRECHT, Bertolt. *Perguntas de um operário letrado*: poemas e canções. Sel. e versão portuguesa de Paulo Quintela. Coimbra: Almedina, 1975.